

26ª Reunião Brasileira de Antropologia
1º a 04 de junho de 2008, em Porto Seguro - BA

GT 38 – O mesmo e o diverso nos cenários contemporâneos

Coordenadores: Edson Silva de Farias (UnB) ,

Juliana Gonzaga Jayme (PUC-MG)

**TÍTULO: Novas configurações identitárias e territoriais no processo de expansão
do turismo no litoral Ceará**

AUTORA: Lea Carvalho Rodrigues

JUNHO/2008

Novas configurações identitárias e territoriais no processo de expansão do turismo no litoral Ceará

*Lea carvalho Rodrigues**

Universidade Federal do Ceara – UFC

Resumo: A partir dos dados de pesquisa acerca dos efeitos das políticas públicas de incentivo ao turismo sobre populações locais do estado do Ceará, o objetivo desta apresentação é discutir as relações entre cultura, território e identidade, tomando como foco as noções de *condição de transnacionalidade* (Ribeiro, 1997) e da dialética entre *territorialização e desterritorialização* (Inda e Rosaldo, 2001). Busca-se, assim, uma percepção contextualizada dos fluxos e movimentos de pessoas e identidades na situação em estudo. A pesquisa desenvolve-se na localidade de Tatajuba, no Extremo-Oeste da Costa Cearense, pertencente ao município de Camocim, onde a população sobrevive, em sua maioria, da pesca, agricultura e artesanato. Apenas 10% da população vive do turismo (na vizinha Jericoacoara ou em atividades em seis barracas existentes na localidade). Os interesses econômicos na região têm gerado conflitos de diferentes ordens. Em Tatajuba, no centro dos conflitos encontra-se a empresa Vitória Régia que se diz proprietária das terras ocupadas há anos pelos atuais habitantes. Ocorre, ainda, a venda de lotes para sulistas e principalmente para estrangeiros: holandeses, italianos, portugueses, espanhóis, suíços e uruguaios.

Palavras-chave: populações pesqueiras; turismo; território e identidade.

Turismo como estratégia de desenvolvimento

Desde meados da década de 1980 o turismo ocupa lugar de destaque na formulação de políticas de desenvolvimento no estado do Ceará. Ainda que as primeiras iniciativas datem do início da década de 1970, com a criação da Empresa Cearense de Turismo – EMCETUR, a formulação de um Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico – PIDT-CE, em 1979, e ações de embelezamento, bem como um processo de verticalização da área litorânea da capital cearense, particularmente na Avenida Beira Mar, medidas mais concretas seriam tomadas na segunda metade da década de 1980, quando se principia a chamada era dos “governos das mudanças”¹

* Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Porto Seguro, BA, no período de 01 a 04 de junho de 2008.

¹ Governo das Mudanças é denominado o período que se inicia em 1986, com o fim da hegemonia dos coronéis na política estadual e a ascensão de empresários ao governo do estado do Ceará. Uma vez que se configurou ao longo do tempo, em um governo de continuidade, ancorado na figura do empresário Tasso Jereissati, esse período é também conhecido como “Era Tasso”.

Como argumenta Coriolano (2006,p.64) o turismo, de forma equivocada, foi inserido na política industrial do estado, tornando-se uma atividade privilegiada no acesso a apoio institucional, com o respaldo de um discurso construído a partir de uma base teórica focada na capacidade do turismo em contribuir com o desenvolvimento regional e com a diminuição das desigualdades sociais. Abreviadamente podemos verificar que esse discurso se pauta na relação direta entre incentivo ao turismo por um lado e a criação de postos de trabalho, melhoria da infra-estrutura local e fomento ao consumo de produtos regionais, por outro.

Pode-se verificar, portanto, que a concepção de desenvolvimento referida é estritamente econômica e em acordo com os movimentos do capital, cada vez mais internacionalizado e em busca de mecanismos que ampliem a sua base de expansão. Ou seja, uma concepção restrita de desenvolvimento, dissociada das liberdades políticas e sociais, no sentido do proposto por Amartya Sen (2000) da participação ativa nesses processos das populações que residem nas áreas alvo dessas políticas de desenvolvimento.

Além do mais, essas políticas de expansão da atividade turística buscam atrair prioritariamente investidores estrangeiros ou grandes grupos nacionais, tendo como foco o turista estrangeiro detentor de vultosos recursos. Multiplicam-se os projetos de grandes *resorts*, em áreas de milhares e até de milhões de metros quadrados, que privilegiam a construção de grandes complexos hoteleiro-esportivos à beira mar com quadras, piscinas e campos de *golf*. Os atrativos são as características naturais da faixa litorânea do estado do Ceará, que em seus 573 km de extensão apresenta um complexo domínio geomorfológico (SALES, PEULVAST, 2006, p.387-404) composto por praias planas, praias de falésias descontínuas e praias de dunas de idades variadas; rochas-de-praia dispersas; também os chamados “serrotes” escarpados que do alto seguem por quilômetros o movimento das águas que explodem de forma ritmada nos rochedos, como em Peroba, Ponta Grossa e Jericoacoara; pontas rochosas como as do Iguape, Mucuripe, Pecém e Jericoacoara; pontas planas como as de Mundaú em que a área costeira se projeta para o mar; estuários com manguezais como os do rio Mundaú e Coreaú; enfim, uma diversidade geomorfológica que atrai os turistas tanto pela beleza natural como pelo exotismo, isolamento e aventura que suas imagens prometem.

O extremo-oeste da costa cearense vem sendo considerado pela Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR) como uma das seis regiões turísticas prioritárias na formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento social e

econômico para o Estado² e as medidas e programas recém anunciados que, como veremos mais adiante, privilegiam um roteiro turístico que se estenderá de Jijoca de Jericoacoara a Barroquinha, no Maranhão, confirmam esse direcionamento das políticas públicas de turismo no estado do Ceará.

De forma paradoxal, as áreas do litoral cearense hoje mais valorizadas e procuradas pelos grandes investidores da indústria turística mundial são exatamente aquelas que desencadeiam o afluxo de turistas em busca de áreas preservadas e com pouca presença de equipamentos turísticos.

Quando em meados da década de 1980 a mídia televisiva mostrou ao Brasil, em cadeia nacional, as belezas da praia de Jericoacoara e a pequena aldeia construída sobre a areia, habitada por famílias de pescadores que ali residiam há décadas, a localidade atraiu os espectadores pela beleza, mas, sobretudo, pelo isolamento. Apenas os amantes da aventura se sujeitavam a transitar durante horas por estradas de terra batida, chamadas “carroçal”, balouçando na carroceria de um caminhão, ou, se tivesse sorte, de uma caminhonete com tração nas quatro rodas; atravessando cursos d’água, também trechos em que a terra batida se transformava em areia fina, formando uma passagem estreita entre as árvores que ladeavam o caminho; tão estreita que enquanto a condução balançava fortemente, jogando os passageiros de um lado a outro, cuidando para não atolar, se ouvia o bater dos galhos dos cajueiros nas suas laterais. Os passageiros então se agarravam uns aos outros a cada curva mais acentuada que parecia prestes a atirar todos para fora. Chegar a Jijoca, uma pequenina localidade composta de casas esparsas, era a primeira parte da viagem. Dali até a praia de Jericoacoara havia-se que percorrer mais 25 km de areal, atravessando caminhos ora planos, ora acidentados, por entre corredores de dunas, em veículo com tração nas quatro rodas, que à época se restringiam à algumas caminhonetes, marca toyota, muito velhas, de propriedade de poucos moradores da região que viam no afluxo de turistas uma oportunidade de ganho extra. Não havia luz elétrica na pequena aldeia de Jericoacoara, mas após a reportagem veiculada pela TV em 1985, algumas pousadas começaram a se instalar enfrentando a dificuldade que era transpor os 25 km de areal para construir e para abastecer a pequena aldeia de alimentos e água potável. Não havia lojas, farmácias, posto de saúde, escola, igreja, posto policial ou qualquer outro indicativo da presença do poder público.

² Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará – 2004 a 2007. disponível em: www.setur.ce.gov.br/setur.

Assim, aqueles que se aventuravam a conhecer a pequena aldeia, e sua magnífica praia, se alojavam nas casas dos moradores, alugando redes que se espalhavam pelas salas, quartos e varandas; a água era retirada das cacimbas por meio de bombas d'água manuais; as refeições seguiam um cardápio invariável: no café da manhã havia pão com manteiga e leite, no almoço e jantar o prato único composto de baião, peixe frito e fatias de tomate. Não havia luz elétrica e à noite a diversão era o forró local. Na maré baixa a extensão de praia coberta por areia era tal que se divisava muito ao longe o quebrar das ondas. O número reduzido de turistas fazia com que se sobressaíssem as atividades rotineiras dos nativos, denominação dada por eles mesmos e em seguida pelos turistas para designar os moradores da localidade. Viam-se os pescadores arrumando seus barcos e apetrechos, outros que chegavam do mar, outros que puxavam as redes, espalhavam-nas pela areia com os peixes ainda pulando em seu interior numa tentativa infrutífera de sobreviver. Cavalos montados por nativos trotavam tranquilamente pelas areias ou subiam as encostas em direção ao serrote de Jericoacoara, de forma que do lombo do cavalo se avistava toda a extensão de praia e mar dezenas de metros abaixo. Alguns nativos, percebendo o interesse dos visitantes em chegar à pedra furada, local que com o tempo se tornou visita obrigatória aos turistas, alugavam cavalos para fazerem o trajeto pelo serrote, único caminho possível quando a maré estava alta.

Em pouco mais de 25 anos a pequenina localidade de Jijoca se transformou em município, agora denominado Jijoca de Jericoacoara, com população aproximada de 16.000 habitantes (estimativa de 2005)³ e tendo o turismo como principal atividade econômica, seguida pela agricultura: comercialização abundante de castanha de caju e plantações de milho, feijão, farinha de mandioca, como parte da agricultura de subsistência. O comércio se volta principalmente a restaurantes, pousadas, lanchonetes, bares, mercantil, lojas de confecções e moda praia. Na produção artesanal se destaca o crochê. A pesca vem citada no *site* da prefeitura em último lugar, com a informação de que ela também ajuda no desenvolvimento econômico do município, o que deixa bastante evidente a inversão em relação ao período anterior em que agricultura de subsistência e pesca eram predominantes.

Hoje, a pequena aldeia de pescadores da praia de Jericoacoara transformou-se: a área foi demarcada pelo Ibama como APA - Área de Preservação Ambiental, o que, em

³ www.jijocadejericoacoara.ce.gov.br, consultado em 27/04/2008.

teoria, impede a existência de novas propriedades pelos limites impostos. O lugarejo conta com mais de 100 pousadas, algumas de alto padrão e com parte da praia praticamente privativa de seus clientes. Poucos são os moradores nativos que não venderam suas moradias, a maior parte por preços irrisórios, a uma quantidade sempre crescente de brasileiros e estrangeiros que ali se instalam para explorar atividades de turismo. Pousadas, bares, lojas de artigos os mais variados, desde lojas de moda praia e produtos artesanais, até finas lojas de decorações e jóias. Restaurantes para todos os gostos e recursos; uma grande rede de serviços, desde o aluguel de quadriciclos e bugues, a oferta de roteiros turísticos com veículos apropriados que saem de Jeri e vão até o Delta do Paranaíba ou mesmo aos Lençóis Maranhenses; até as grandes lavanderias, os espaços alternativos de massagens e estética, bem como a presença crescente de profissionais liberais na área de odontologia, terapias e advocacia.

Manteve-se o traçado original das ruas que, sem calçamento algum, continuam a ser um grande atrativo para os visitantes e a reminiscência de um “primitivismo paradisíaco” anunciado pelas grandes agências de viagem. A grande duna, situada de frente à praia e à esquerda do vilarejo, continua atendendo ao ritual diário da subida de turistas até o cimo para ver o por-do-sol. Seguem-se acrobacias de jovens que com pranchas de surf ou pequenas tábuas deslizam do topo à base da duna, além daqueles que extasiados se lançam em corrida ou rolam o corpo em voltas seguidas até atingir o chão. Hoje, entretanto, é uma duna deformada que aos poucos vai se espalhando pelas laterais; a areia caindo lentamente após tantas subidas e descidas de turistas entusiasmados, dando a impressão que, mais cedo ou mais tarde, aquela montanha de areia se espalhará pelos quatro cantos, dela restando uma grande área achatada, cada vez mais plana. De frente à praia, a extensão a percorrer para atingir o ponto onde as ondas quebram, que era imensa, misteriosamente parece ter se reduzido drasticamente. Talvez devido à subida dos níveis do mar, provavelmente acrescido do avanço dos investidores sobre a praia original na ânsia de produzir melhor atendimento ao turista. Os bares, as lojas, as pousadas com seus quintais voltados para o mar, os restaurantes espalhados por boa extensão da areia, certamente modificaram as condições originais; tanto que hoje foram construídas barreiras de pedra que tentam conter o avanço da maré e acabam criando uma área lodosa e mal-cheirosa. Após a baixa da maré, nos primeiros cinquenta metros de caminho para a praia, a paisagem destoa daquela que se encontra quando se afasta cada vez mais do vilarejo. Até o caminho que leva de Jijoca a Jericoacoara se modificou. O chão está mais firme, a areia parece que a ele se pregou, pequenas

elevações de areia foram se aplainando, a vegetação rasteira perdeu a exuberância, tantas são as travessias. Em janeiro de 2008 as lagoas mais famosas do município, a Lagoa Azul e a do Paraíso, estavam praticamente secas o que levou os agentes turísticos a direcionarem os clientes para o roteiro de Tatajuba, em busca de suas lagoas, ainda preservadas.

Ainda segundo informações colhidas no *site* da prefeitura de Jijoca de Jericoacoara, desde 1993 ocupa o cargo de prefeito o senhor Sérgio Herrero Gimenez, nascido na Espanha em 1940 e radicado no Brasil desde meados da década de 1970. Ora, acontece que Sérgio Herrero, o atual prefeito de Jijoca de Jericoacoara pelo PSDB, é o dono da primeira pousada construída em Jericoacoara na década de 1980, com infraestrutura própria ao recebimento de turistas mais exigentes. Mesmo quando Jericoacoara não dispunha de luz elétrica a pousada *Hipopotamus* possuía geradores e quartos com banheiros privativos com água encanada.

Em agosto de 2005, a Assembléia Legislativa do estado do Ceará concedeu ao senhor Sérgio Herrero o título de Cidadão Cearense por seus feitos, dentre os quais, destaca o documento da titulação, está o fato de que “As autoridades – em todos os níveis – testemunham admiração pelo trabalho de Sérgio Herrero, ali levado a efeito, ninguém contestando o esforço por ele despendido para situar o nosso estado no contexto do turismo internacional.”

Entretanto se esta é a visão de políticos estaduais comprometidos com essa concepção de turismo, ela encontra seus opositores em jornalistas e ambientalistas comprometidos com os interesses das populações locais e da preservação do meio ambiente.

Em reportagem intitulada "Os donos dos nossos paraísos", copyright AOL (www.aol.com.br), de 01/03/05, o jornalista Jorge Felix faz uma dura crítica à forma como tem se dado a exploração das praias brasileiras, sobretudo as da região Nordeste, e exemplifica com os acontecimentos envolvendo Jericoacoara. Dizia ele que em janeiro de 2005 o prefeito Sérgio Herrero Gimenez, do mesmo partido do senador tucano Tasso Jereissati, queria construir uma ‘avenida paisagística’ asfaltada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA), mas perdeu a batalha na Justiça. Diz também que os ecologistas denunciam que Gimenez, franco-espanhol naturalizado brasileiro, está construindo uma pousada com a intenção de municipalizá-la, que esta ficou embargada por cinco anos na Justiça e que, segundo Frederico Castelli, da ONG Lagoa Viva,

Gimenez tencionava vendê-la para a prefeitura. Por fim, termina a reportagem afirmando que:

Apesar deste clima de conflito, Jericoacoara sempre aparece na mídia ‘do sul’, como dizem no nordeste, como aquela bucólica aldeia de pescadores de tempos atrás. O Brasil precisa - e deve - promover seus dotes turísticos. Está fazendo isso muito bem lá fora. Mas aqui é urgente mudar o foco da cobertura de nossos paraísos. Antes que alguns aventureiros lancem mão deles.

No Informativo virtual nº 05, de novembro de 2004, o SOS Zona Costeira denuncia que, sob a justificativa de “incentivar o turismo e o desenvolvimento econômico do município”, a Câmara dos Vereadores de Jijoca de Jericoacoara aprovou, em janeiro daquele ano, o projeto de lei 02/2004 que isenta do pagamento do IPTU as empresas hoteleiras com mais de 25 apartamentos. Segundo o informativo, a lei determina, em seu artigo 1º, que: “Fica isento de pagamento de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) durante um período de 10 (dez) anos, as Empresas Hoteleiras e/ou congêneres que se instalarem neste município, e que possuírem mais de 25 (vinte e cinco) apartamentos, dentre matriz, anexos e filiais, desde que sediados neste Município”. Diz ainda que:

Como a maior quantidade de hotéis e pousadas existentes na região se concentram na praia de Jericoacoara, é lá onde muitos questionamentos são feitos à referida lei, ainda que anônimos, pois os proprietários de pousadas temem sofrer represálias por parte do autor do projeto - o prefeito de Jijoca, Sérgio Herrero Gimenez. A lei também beneficiou as pousadas já existentes, desde que estivessem em dia com o imposto ou regularizassem a situação, segundo regulamenta o artigo 2º. Atualmente, apenas 6 das aproximadamente 90 pousadas existentes na região beneficiaram-se com a lei e entre os proprietários beneficiados estão: o prefeito Sérgio Gimenez, dono da pousada Hipopótamos, e o presidente da Câmara, Sebastião Julião Teixeira, dono da pousada Paraíso.

Estes dados, evidentemente, levam à reflexão sobre a íntima relação entre poder político e poder econômico; e, numa dimensão mais ampla, entre Estado, empresários e sociedade civil, bem como sobre o seu peso nos processos de mudanças mais recentes vividos pelos municípios e pequenas localidades distribuídos pela costa litorânea cearense. Tal situação não é diferente da vivenciada pelos demais estados da região Nordeste, tudo em nome do desenvolvimento e da diminuição das desigualdades sociais.

De Jijoca de Jericoacoara a Nova Tatajuba: o percurso da pesquisa

Em vista do acima exposto, um acontecimento foi decisivo para a formulação de um projeto de pesquisa visando o estudo dos efeitos das políticas públicas de incentivo ao turismo no estado do Ceará e os seus efeitos sobre populações locais. Em 2004, a autora deste artigo foi contatada por um funcionário de um órgão governamental a procura de um (a) antropólogo (a) para realizar um estudo etnográfico em uma área litorânea, de propriedade de um grupo de empresários espanhóis que pretendia construir um grande projeto hoteleiro na área. De forma inesperada, enfrentava preocupações éticas a que os antropólogos estão sujeitos em sua vida profissional⁴.

Após participar de uma reunião bastante tensa com o presidente e os diretores do grupo, onde deixou bastante claro que não realizaria o trabalho se porventura fosse área de litígio ou de reivindicação por parte de populações indígenas, a proponente procurou mais informações sobre o empreendimento. Tomou então ciência da amplitude do projeto: um consórcio de oito grupos empresariais (27 empresas nacionais e estrangeiras) para a construção, no prazo de 15 anos e em uma área de 3,1 mil hectares (31 milhões de metros quadrados), de um mega-projeto turístico. Trata-se do maior complexo turístico-residencial do mundo, com 27 complexos hoteleiros de cinco estrelas, residências de luxo, sete campos de *golf* e uma marina, com investimentos previstos da ordem de US\$ 15 bilhões a US\$ 20 bilhões⁵. Constatou, ainda, a existência de processo judicial contra o referido projeto, instaurado por ação do Ministério Público Federal. Já havia sido determinada a suspensão do processo de licenciamento ambiental para a construção do empreendimento em razão dos argumentos apresentados pelo Ministério Público de que a área onde se pretendia construir é ocupada tradicionalmente por uma população remanescente da tribo indígena Tremembé. Ficou ciente, ainda, da existência de laudos já solicitados pelo Ministério Público a antropólogos e geógrafos da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Estadual do Ceará (UECE) o que deixava claro que a solicitação da pesquisa tinha a finalidade de que a mesma pudesse ser utilizada como contra-laudo o que a levou a se negar peremptoriamente à empreitada. Ainda que a situação tenha se resolvido tão repentinamente como se iniciou, uma experiência dessa natureza se por um lado nos coloca frente aos

⁴ Sobre as questões éticas enfrentadas pelos antropólogos, sobretudo aqueles que se dedicam ao estudo de sociedades indígenas, quilombolas e aos estudos de projetos de desenvolvimento, ver Victora et al (2004), Leite (2005) e Baines (<http://br.monografias.com/trabalhos/antropologia>, consultado em 01/07/2007)

⁵ Para maiores informações vide site do empreendimento: www.gruponovaatlantida.com

compromissos éticos e profissionais, por outro lado motiva a curiosidade e a reflexão, componentes indispensáveis a toda formulação e condução de pesquisa.

O acompanhamento processual dos acontecimentos - do conflito entre os proprietários das terras, situadas no distrito de Baleia, às margens do rio Mundaú, e os remanescentes de Tremembés, habitantes dessas terras -, instigou a formulação da pesquisa. Esta tomou como foco a expansão dos negócios na costa litorânea do Ceará, majoritariamente conduzida por grupos empresariais estrangeiros, e os efeitos sobre as populações locais. Algumas questões então se colocaram: Qual a participação dessas populações nos processos que afetam as localidades em que vivem? Qual o grau de conhecimento e expectativas dessas populações quanto a esses projetos? Como se dá a interação entre populações e grupos econômicos, empresários individuais e agentes institucionais? Há diferenças na interação com brasileiros e estrangeiros? Como são acionados os processos de reivindicação dos direitos a terra e quais as estratégias desenvolvidas pelas partes envolvidas?

Ocorreu então que em junho de 2007, com o apoio do Ministério do Turismo, foi formalizado o primeiro roteiro turístico integrado a ser operacionalizado no Brasil entre os governos de três estados (Ceará, Maranhão e Piauí), denominado projeto CEPIMA. Para sua efetivação ele envolve, ainda, as unidades do Sebrae em cada um destes estados, o Banco do Nordeste e os governos de 12 municípios de uma faixa litorânea de 300 quilômetros de praias que compõem o projeto Delta-Jeri-Lençóis.

O projeto, chamado também de *Roteiro do sol*, prevê a interligação das cidades de Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha e Chaval, no Ceará; as cidades de Ilha Grande, Parnaíba, Luis Correa e Cajueiro da Praia, no Piauí; e as cidades maranhenses de Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Araisos. Vale ressaltar que as políticas vêm sendo conduzidas em consonância com o Programa de Regionalização do Ministério do Turismo que propõe o ordenamento da atividade turística com ênfase no desenvolvimento regionalizado, tomando como base o arranjo produtivo e o território com o objetivo de “incentivar o desenvolvimento sustentável do turismo nas unidades da federação”⁶. No seu plano de ação, a SETUR afirma que a perspectiva é “a geração de oportunidades de empregos e negócios, ao mesmo tempo que resgata (sic) e preserva o patrimônio cultural e ambiental”⁷.

⁶ Idem.

⁷ Idem, *ibidem*, p.5.

Tanto na apresentação dos programas e projetos como nos pronunciamentos públicos, os agentes institucionais ressaltam esses aspectos, sendo recorrentes alguns termos e noções: turismo sustentável, desenvolvimento sustentável, planejamento estratégico de longo prazo, preservação cultural, qualidade de vida. O Banco do Nordeste (BNB) é o grande financiador dos projetos de investimento nas regiões consideradas prioritárias à expansão da indústria turística. Os recursos são do Programa de Desenvolvimento de Turismo do Nordeste – PRODETUR que, na apresentação oficial dos objetivos do programa, tem como uma de suas metas o equilíbrio das obras com a preservação das condições ambientais e dos aspectos culturais⁸.

Entretanto, o que se pode constatar do exame dos resultados de um extenso estudo feito por uma equipe de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, dentro do Programa de Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará (Araújo et al., 2005) em parceria do governo do Estado do Ceará e Universidade Federal do Ceará, constata-se a existência de 20 conflitos fundiários representados em 40% dos municípios da costa litorânea, tendo três categorias principais de interesses: assentamentos humanos, especulação imobiliária e atividades econômicas; também é constatada em praticamente toda a costa litorânea atividades prejudiciais ao meio ambiente, principalmente pela atividade em significativa expansão da carcinicultura.

Em vista dos dados disponíveis, o projeto de pesquisa teve como objetivo realizar, em etapas sucessivas e conforme cronograma previamente estabelecido, estudos etnográficos em três pequenos núcleos populacionais: Nova Tatajuba, Maceió e Bitupitá. Estes municípios estão situados ao longo dos cerca de 110 km que vão desde a Praia de Jericoacoara, no município de Jijoca, situada no extremo-oeste da costa litorânea do Ceará, até a Praia de Bitupitá, no município de Barroquinha, na fronteira com o estado do Piauí.

O município de Camocim, onde estão situadas as localidades de Nova Tatajuba e Maceió é considerado um corredor de passagem para Jericoacoara, Parnaíba e Lençóis Maranhenses, tendo importância estratégica no conjunto de políticas a serem realizadas, razão porque teve lugar central na configuração do recorte empírico.

Essas localidades são estratégicas ao projeto CEPIMA do ponto de vista da expansão turística. São pequenos núcleos populacionais (aldeias de pescadores) que já

⁸ Para mais informações consultar www.setur.ce.gov.br/Setur/Prodetur e www.bnb.gov.br/Prodetur

enfrentam conflitos com empresários do ramo imobiliário pela posse da terra e com proprietários de fazendas de carcinicultura, pelo uso da terra e exploração de reservas extrativistas. Daqui para frente, com o avançar do projeto, infere-se que irão se deparar com situações de profundas mudanças em razão de um maior afluxo de turistas bem como de pequenos e grandes empresários voltados à exploração das atividades turísticas. Acompanhar esse processo torna-se crucial para a formulação de indicativos sobre as falhas e acertos no campo das políticas públicas de incentivo ao turismo, no Brasil.

O objetivo central da pesquisa é apreender a dinâmica sócio-cultural das populações ali radicadas bem como acompanhar os efeitos produzidos sobre essa dinâmica em razão da intensificação da exploração turística na região, em especial após a celebração do convênio que instituiu o Projeto CEPIMA, a seguir referido.

As localidades escolhidas para a realização dos estudos etnográficos são habitadas majoritariamente por pescadores; enquadrando-se no rol de populações que podemos classificar como “tradicionais”. Residem há décadas nessas pequenas aldeias, em situação geográfica de difícil acesso, preservando um modo de vida próprio e diferenciado daquele compartilhado pelos demais moradores dos municípios a que pertencem, tanto os residentes em áreas urbanas como rurais, onde ocorre uma maior mobilidade espacial, estratificação social e diversificação de atividades produtivas.

Pretende-se, dessa forma, que os dados provenientes da pesquisa etnográfica possibilitem uma compreensão aprofundada da dinâmica sócio-cultural das populações ora residentes nessas localidades de forma que se possa acompanhar as mudanças ocasionadas com a implementação de tais políticas. Ao acompanhar este processo, a atenção se voltará, sobretudo, para os possíveis desdobramentos de tais políticas em razão da projeção e do aumento efetivo do afluxo de turistas, da valorização do solo e da diversificação das atividades de comércio e serviços na região.

Pesquisa exploratória em Nova Tatajuba: inferências teórico-metodológicas

A localidade de Nova Tatajuba, ou Tatajuba como é mais conhecida, pertence ao município de Camocim e está situada defronte à praia do mesmo nome, em uma região de dunas fixas e móveis, entre o estuário do rio Coreaú e a foz do lago Grande. Distante 25 km de Camocim e 35 km de Jericoacoara, atualmente vê aumentado o fluxo de turistas que se hospedam em Jericoacoara e fazem o percurso até a Lagoa da Torta, situada a cerca de seis km do núcleo populacional principal e que hoje conta com uma

infra-estrutura de barracas (seis) que oferecem bebidas, petiscos e refeições. O núcleo populacional principal forma um corredor de passagem para a lagoa, de forma que o ruído de bugues e automóveis contrasta com a quietude do povoado, principalmente nas épocas de alta estação e nos feriados prolongados.

Em Tatajuba, a grande maioria (75%) da população, que totaliza 150 famílias, sobrevive da pesca, artesanato e aposentadorias; a agricultura é quase exclusivamente para a subsistência e apenas 10% da população vive do turismo (na vizinha Jericoacoara ou em atividades nas seis barracas existentes na localidade). Compõem-se de quatro núcleos populacionais: Tatajuba (o núcleo principal), Tatajuba de Cima, Tatajuba de Baixo e Vila Nova. Esta última situa-se do outro lado da foz do lago Grande, em região onde se pratica a agricultura, em área próxima à antiga Tatajuba que foi soterrada pelas dunas e reconstruída do outro lado da foz, acreditando-se que desta forma estariam protegidos contra um novo movimento de dunas.

Há duas escolas: uma (pequena) em Tatajuba de Cima e outra no centro de Tatajuba, maior e com um posto de saúde anexo. Mulheres da localidade disseram que o médico vai a Tatajuba uma vez ao mês, faz as consultas e aplica as vacinas. Mulheres grávidas vão para Camocim uma semana antes do parto. A dificuldade para a realização de exames preventivos foi apontada pelas mulheres.

Ocorrem conflitos pela posse da terra, com a empresa Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários Ltda, sediada no Rio de Janeiro, que se diz proprietária das terras onde se localiza o vilarejo (cerca de 5,3 mil Hectares) cujos habitantes ocupam desde o século XIX, segundo todos os informativos pesquisados, sobretudo os provenientes do Instituto Terramar, organização sem fins lucrativos que vem atuando em defesa dos moradores de Tatajuba e da preservação da área.

De posse dessas informações, a equipe de pesquisa⁹ esteve em Tatajuba por quatro dias, no mês de outubro de 2007, com a finalidade de realizar uma pesquisa exploratória.

Em entrevista com a presidente da Associação de Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), Mariazinha, ficamos cientes de que a partir de 2001, quando os moradores tomaram ciência de que as terras estavam registradas em nome da referida empresa houve grande mobilização como forma de impedir a perda das terras,

⁹ Equipe de pesquisa composta por: Lea Carvalho Rodrigues (coordenadora), Potyguara Alencar dos Santos (bolsista PIBIC/CNPq), Evandro de Lima Magalhães (bolsista PIBIC/CNPq em outro projeto e voluntário nesta pesquisa) e Tatiane Ricarto de Lima (pesquisadora voluntária).

Então, quando foi a partir de 2001, que aí a gente descobriu realmente que existia uma empresa que era dona. A gente foi em cartório e lá existia, a área estava registrada em nome da empresa Vitória que é uma área de 5.273 ha, se não me engano. E daí a luta acirrada foi a partir daí, E a gente entrou com duas ações na justiça, uma de [...] proibitório e outra de anulação de documentos, que consideramos que esses documentos não eram legais. E a briga começou a partir daí. As empresas, esses empresários, eles usam estratégia para ter o povo do lado deles. Então assim eles aproveitam a fragilidade da comunidade, principalmente a questão financeira, e daí começam a pagar pessoas, lideranças, na época de frente, para defender os seus interesses.

Mas ao longo do tempo, os moradores se dividiram na avaliação quanto aos benefícios e malefícios que poderiam ser gerados com a implantação de um empreendimento turístico pela empresa Vitória Régia. De acordo com Mariazinha a falta de consenso se deve à atuação dos empresários visando enfraquecer ações conjuntas da população,

E daí eles começaram a pagar várias pessoas e daí começou as pessoas a se dividirem. Começaram a se retirar da associação. A empresa, eles dizem, eles tem um projeto, ..uma época era, se não me engano, construção de cinco hotéis cinco estrela, campos de golf, e outras coisas mais que eu não lembro. Dizendo que as coisas iam melhorar a questão da renda, gerar emprego e essas coisas. Infelizmente algumas pessoas acreditam nesta história. E a gente sabe que isto não é verdade. E as pessoas começaram a achar que eles realmente iam trazer renda e começaram a defender seus interesses... e. em 2002 foi criada mais 2 associações. Daí as pessoas saíram (até então só havia esta) e a parte daí dividiu. As pessoas saiu e criaram mais duas. Por trás disto a empresa financia para essas instituições existirem. Isto dificultou muito, a questão da organização...A comunidade se dividiu ao meio. A metade ficou aqui e a outra metade foi para as outras.

Até hoje ocorrem conflitos entre as três associações que disputam o poder local na busca de solução para a questão da propriedade da terra e divergem quanto aos direitos a serem defendidos e à importância da preservação do meio ambiente.

Dificulta muito a organização, nesse sentido, quando se tem menos pessoas, uma puxa para um lado, outra puxa para outro. Nós, a nossa luta..., é na questão de preservar o meio ambiente, lutar pelo interesse comunitário. E eles dizem também, mas pelo que fazem, não é. Porque quem defende um grande empreendimento, que nem dessa empresa, dessa forma, não está defendendo a questão comunitária.

O movimento atual da Associação presidida por Mariazinha vai no sentido de lutar pela transformação da área em reserva extrativista. Em 2002 eles tentaram junto ao IBAMA transformar a região em Área de Preservação Ambiental (APA), mas concluíram que esta não seria a melhor estratégia uma vez que Jericoacoara é uma APA

e isto não impediu que a exploração turística se instalasse com prejuízo para os moradores e para o meio ambiente.

Mariazinha, presidente da primeira associação que visitamos nessa pesquisa exploratória, tem 25 anos, é filha de pescadores, terminou o ensino médio, mas não consegue fazer uma faculdade porque a única forma é viajando diariamente a Camocim ou Sobral. A dificuldade para isto está tanto na necessidade de recursos como na distância e na dificuldade para se locomover a essas cidades. Atualmente a Associação tem um carro à disposição dos moradores que faz diariamente o trajeto até o ponto do rio onde eles podem tomar a embarcação que atravessa o rio Coreaú e dá acesso a Camocim, mas até bem pouco tempo o trajeto era feito a pé ou por mar.

Mariazinha tem um conhecimento aprofundado das dificuldades enfrentadas pelos moradores de outras praias do litoral cearense e compreende a dinâmica de mercado que pressiona os habitantes do vilarejo a se sujeitarem aos interesses da empresa. Muitas vezes os habitantes colocam os interesses particulares acima dos coletivos. Outras vezes cedem às pressões por julgarem que os benefícios propalados pela empresa serão reais. Além do mais, como o Estado apóia esses empreendimentos, segundo Mariazinha, a dificuldade para a população resistir é muito maior e a comunidade fica cada vez mais fragilizada.

A gente não tem apoio né, do governo, e tem apoio do governo para os grandes empreendimentos. Então a gente acredita que seja mais nesse sentido... Tanto é que a gente vai contra esses grandes projetos. Nós não concordamos de forma alguma. Porque a gente acha que para as comunidades isto não tem sentido nenhum. A política deles é que vai gerar emprego, vai trazer melhoria de renda, e uma propaganda, mas que na verdade isto não é verdade. A gente conhece várias praias do litoral, do extremo-oeste ao leste, né, e tem muitas praias na mesma situação que a nossa, e tem várias que não resistiram a questão da especulação e hoje tá totalmente tomada por grandes empreendimentos e que agente vê que não tem resultado nenhum. Taí Caponga...

Mariazinha, como se vê, tem uma visão bastante ampla sobre a questão, não restringindo a defesa de interesses à questão da posse da terra para a residência, mas ao entendimento da necessidade de preservação do ecossistema, única forma de garantir a continuidade do modo de vida dos habitantes do vilarejo. Participa ativamente dos Encontros e Seminários que ocorrem em Fortaleza e outras cidades da região. Conta, ainda, com o apoio do Instituto Terramar, uma organização não governamental com sede em Fortaleza, que apóia as comunidades de pescadores ameaçadas pela especulação imobiliária dos grandes empreendimentos turísticos e pela exploração

econômica da pesca predatória. Atualmente mantém contato também com a Associação Tremembé, uma ONG italiana que procura capacitar as populações ameaçadas pela especulação, de forma que elas possam desenvolver o turismo comunitário.

Os dados acima expostos deixam claro que uma pesquisa etnográfica nesta localidade, em face da situação vivenciada por seus habitantes, deve privilegiar uma abordagem contextual, processual e relacional. Isto, se quiser dispor de um conjunto de dados que permita uma reflexão articulada e aprofundada sobre as complexas relações entre Estado, em todos os seus níveis, os interesses econômicos e políticos dos grupos locais e os movimentos especulativos ditados pelas condições de acumulação do capital, na fase atual do capitalismo global. Esta última privilegia os grandes grupos empresariais, bem como movimentos de deslocamento de integrantes dos setores médios europeus que, tendo perdido a possibilidade de usufruir os benefícios da política de Welfare State, dominante nas décadas anteriores, vêm no Brasil – pelos baixos preços dos imóveis, bens de consumo e mão de obra – a possibilidade de reconstruí-lo, ainda que de forma diferenciada, em terras brasileiras.

Assim é que pequenas pousadas de propriedade de portugueses, espanhóis, italianos, holandeses e outros pequenos investidores estrangeiros, se multiplicam em toda a costa nordestina; também as segundas residências, quando não as segundas esposas e filhos, que vão cada vez mais se tornando rotina em localidades como Jericoacoara e amedrontam as famílias de Nova Tatajuba, receosas com o aumento da prostituição, das jovens mães solteiras e do consumo de drogas.

Desafios Teórico-Metodológicos

Está claro que a recusa a uma abordagem totalizante, isolada no tempo e espaço do contexto político-econômico e social no qual se situa o *lôcus* investigativo, como foi a marca de uma antropologia que até meados dos anos 1980 insistia em reproduzir o modelo funcionalista ou estrutural-funcionalista de análise, exigirá uma abordagem teórico-analítica realizada de dentro do sistema capitalista, de sua dinâmica e instituições.

Quanto a este ponto, a etnografia busca avançar de uma percepção/compreensão das categorias êmicas, situadas no universo pesquisado (do Outro assim produzido), para uma compreensão/problematização das nossas próprias categorias (do antropólogo/pesquisador situado), bem como dos conceitos e categorias produzidos no interior do sistema capitalista, onde estão inseridos o antropólogo e as populações

etnografadas Assim, categorias produzidas pelas instituições de saber, instituições políticas e jurídicas, em acordo com os movimentos e dinâmicas das instâncias econômicas do sistema mundial – sempre acionadas na formulação e implementação de políticas públicas -, como: desenvolvimento, modernização, progresso, empreendedorismo, cidadania, inclusão, e outras, terão quer ser objeto de cuidadoso escrutínio quanto ao sentido que portam no presente (para os diferentes agentes na situação de pesquisa) e a forma como se alteram/alteraram ao longo do tempo para justificar e legitimar ações.

Este conjunto de proposições tem suporte teórico em autores que têm se voltado para uma reflexão sobre a Antropologia do Desenvolvimento que, como nos apresenta Escobar (2007), prioriza as categorias da linguagem e do discurso sobre o desenvolvimento para questionar seu status ontológico. Afirmar Escobar que:

La Antropología del desarrollo empieza por cuestionar la misma noción de desarrollo arguyendo que en un ambiente pos-estructuralista, si pretendemos entender el desarrollo debemos examinar como ha sido entendido a lo largo de la historia, desde que perspectivas, con que principios de autoridad y con que consecuencias para qué grupos de población en particular [...] En lo que toca a la antropología del desarrollo, por lo tanto, no se trata tanto de ofrecer nuevas bases para mejorarlo, sino de examinar los mismos fundamentos sobre los que se construyó el desarrollo como objeto de pensamiento y de práctica. (Escobar, 2007,p.9)

Certamente tal empreitada tem íntima conexão com os caminhos analíticos que orientaram boa parte da produção antropológica clássica, voltada à compreensão das categorias classificatórias e de entendimento formuladas pelas populações que estudava, ainda que de uma perspectiva inicialmente evolucionista como em Durkheim (1990) encaminhando-se posteriormente para a sua negação (Lévi-Strauss,1989). Também é coerente com uma postura mais recente de cientistas sociais latino-americanos de efetivar uma crítica aos saberes coloniais e eurocêntricos que são referenciais na formação dos cientistas sociais, neste continente (Lander,2003) e que certamente têm uma inspiração na obra referência de Edward Said, *Orientalismo* (1990).

No plano empírico, os dados obtidos na pesquisa ora em andamento levam a uma reflexão teórica sobre conceitos caros à antropologia, como os de cultura, alteridade e identidade, discutindo-os a partir das situações de instabilidade e mudanças vividas por essas populações.

Em que pesem as divergências no campo da antropologia contemporânea, a nível mundial, sobre a pertinência (Sahlins, 1995) ou recusa (Kuper, 2002) ao conceito

de cultura, dado o seu caráter hiper-referencial e controvérsias de conteúdo político e moral, a opção aqui é precisar a utilização do conceito, ao invés de abandoná-lo. E por considerá-lo ainda operacional na referência aos conteúdos e dimensões empíricas privilegiadas pelos antropólogos no curso de suas investigações empíricas e reflexões teóricas, o conceito de cultura será referido à organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos (Sahlins, 1995); cultura como instância construída e vivida, experienciada pelos indivíduos no curso de múltiplas interações, com base em valores compartilhados e nos significados que são atribuídos às ações (Rodrigues, 2004).

Uma das dificuldades para o recurso ao conceito de cultura e identidade em *situação de transnacionalidade* (Ribeiro, 1997) é a relação direta que se estabeleceu ao longo do desenvolvimento da disciplina entre cultura, território e identidade: cultura como propriedade de um grupo isolado em contraste com outros grupos e espaços. Como salientam Inda e Rosaldo (2001:11), no contexto atual torna-se impossível pensar cultura como subordinada a localização, como propriedade natural de populações espacialmente circunscritas, problematizando, portanto, a noção de fronteiras culturais Hannerz (2001). A proposta de Inda e Rosaldo vai no sentido de pensar o movimento dialético entre *territorialização* e *desterritorialização* para uma percepção contextualizada dos fluxos e movimentos de pessoas e identidades, de forma que há um movimento duplo de transcendência às fronteiras territoriais e afirmação da significância territorial, que eles denominam processo de *reterritorialização*. Evidentemente, na situação estudada, que coloca em interação pessoas que vivem diferentemente a relação fluxo/fixidez territorial, esses conceitos são operacionais na referência àqueles que estão em movimento; não obstante, afiguram-se insuficientes para captar a situação experimentada por aqueles que, ainda vivendo em uma situação de pouca mobilidade espacial, vêm-se obrigados a interagir com pessoas em fluxo constante e com referenciais culturais distintos. Será que a noção de *desterritorialização* será suficiente, pela simples afirmação de que desestabiliza a fixidez entre nós mesmos e os outros (Gupta, 2001:77)? Como bem aponta Appadurai (2001:61), as relações entre vários fluxos, para as quais ele se vale da referência ao fractal como metáfora, indicam que elas são contextualmente dependentes. Este com certeza é um dos desafios teóricos colocados pela presente proposta e cujo enfrentamento se dará em situação de pesquisa.

As proposições acima implicam, ainda, que a abordagem deve ser processual de forma a captar a dimensão cultural em constante movimento.

Quanto ao conceito de identidade, vale salientar que, se nos últimos anos, ou desde que as teorias sobre globalização se disseminaram afirmando um movimento no sentido da homogeneização e, a partir desse pressuposto, afirmou-se o fim das fronteiras culturais, a reação dos antropólogos foi repensar o conceito de forma a poder captar referenciais de pertencimento em situação de fluxo, desestabilização e fragmentação, afirmando-o, a partir de então como não essencializado, construído, plural e multifacetado (Marcus, 1991, Feldman-Bianco e Capinha, 2000), para a presente pesquisa deve-se atentar aos referenciais identitários expressos pelos diferentes conjuntos de atores, bem como aos processos de manipulação de estratégias de diferença (Cunha, 1986), tendo em conta a existência de situações conflituosas em relação à posse de terra e a ação de movimentos sociais organizados na defesa dos direitos das populações ameaçadas pelos fluxos e interesses em jogo. A proposta é utilizar como instrumental analítico a noção correspondente, mas inversa do ponto de vista analítico, de *alteridades múltiplas*, de forma a privilegiar encontros e interações, vácuos, ruídos na comunicação, dispersões de sentido, tradução e ressemantização.

Além do mais, uma postura teórica, que privilegia a construção etnográfica em contexto e de uma perspectiva relacional; ou seja, que amplia o campo da pesquisa para além do recorte geográfico e busca apreender as articulações entre diferentes espaços, atores e instituições, possibilita a problematização de categorias comumente acionadas para definir o estatuto e as articulações entre local, regional, nacional e transnacional: tempo, espaço, território, movimento, conjunção, integração, fragmentação e dispersão.

Dentre os estudos relativos a pesquisas em contextos altamente expostos às situações de transnacionalidade, aqueles realizados por Ribeiro (1992), Veena Das (1995), Ruben (1985, 1999, 2004) e Gonçalves (2006) são referências para esta pesquisa. De fato, a noção de *condição de transnacionalidade* (Ribeiro, 1997) possibilita manejar analiticamente as relações entre cultura, territórios e identidades ampliando o espectro analítico pela apreensão das diferentes instâncias situadas para além dessas delimitações: empresários, corporações, governos, agências internacionais.

Para o acompanhamento dos processos conflituosos que cercam o objeto de estudo, como aqui recortado, o conceito de *eventos críticos* (Das, 1995) é profícuo, pois permite captar as estratégias dos agentes envolvidos nas situações conflituosas. Em que pesem as similaridades com o modelo clássico de *dramas sociais* formulado por Victor Turner para o estudo de situações onde ocorrem, da mesma forma que nos casos estudados por Das, momentos de ruptura com a vida cotidiana, a novidade está em que a

análise da autora rompe com a noção de homogeneidade e articula os níveis locais ao nacional. Limitação já apontada em Rodrigues (2004) para a apreensão dos *dramas sociais* em toda a sua extensão. Dessa forma, o conceito de *eventos críticos* se afigura como um novo instrumental analítico com ótimos potenciais de utilização.

Dado que, do ponto de vista estrutural, há claros diferenciais de poder entre os agentes em questão, o foco teórico recai sobre as relações, articulações e sínteses (aqui num diálogo claro com Marshall Sahlins) entre estrutura e ação. As proposições de Marshall Sahlins (1990), de articulação entre esquema cultural e contexto de mudanças, na busca de síntese entre estrutura e ação, evento e história, mudanças e continuidades; é particularmente interessante, na pesquisa em tela, para a apreensão das estratégias de ação de cada parte envolvida, os limites colocados a estas ações e as mediações institucionais – políticas, sociais, econômicas e jurídicas –, presentes no processo de implementação das políticas que afetam as populações estudadas.

As proposições de Sahlins de que nem a estrutura é um elemento estático, nem a mudança é a deterioração da estrutura, mas sim que a própria estrutura é um objeto histórico, são muito pertinentes para a análise, pois se concorda com o autor quando este diz que é necessário “*fazer o reconhecimento teórico, encontrar o lugar conceitual, do passado no presente, da superestrutura na infraestrutura, do estático no dinâmico, da mudança na estabilidade*” (Sahlins 1990:19). A idéia de que a ação promove a reavaliação de conceitos, a possibilidade de uma ressignificação, da conferência de novos conteúdos aos mesmos signos, é bastante propícia ao entendimento de vários elementos de mudança e continuidade que certamente se apresentarão nas situações que serão etnografadas.

De certa forma, parece haver uma proximidade entre as formulações de Sahlins (1990) e as de Giddens (1991), na forma de pensar as práticas sociais, as estruturas e os esquemas conceituais, como em constante mudança. A ação humana de pessoas que “*tornam-se socialmente capazes, deixam de ser escravos de seus conceitos para se tornarem seus senhores*” (Sahlins:1990,11) ou seja, que os repensam, coloca a estrutura em risco em Sahlins, da mesma forma que as práticas sociais são constantemente reformadas pelo exercício da *reflexividade*, em Giddens (1990). No entanto, da mesma forma que em Giddens (1990), pode-se questionar a não menção à desigualdade nas possibilidades de exercer a *reflexividade* (Lash,1995), também pode-se questionar em Sahlins (1990) a ausência de uma menção às diferentes condições sociais de apropriação, domínio e manipulação dos signos, como categorias ou classes conceituais.

Afirma Sahlins (1990) que é a partir de perspectivas diferentes, de poderes sociais diversos e de conclusões diferentes sobre os mesmos objetos em questão que as culturas elaboram diferentemente seus consensos. Mas, nesse caso, se há diferenciais de poder, não basta dizer que os homens se tornam senhores de seus conceitos e, quem sabe, valha mais a pena debruçar-se sobre a questão: como se cria o consenso em diferentes sistemas culturais? Ou, de outra perspectiva, como novos conceitos podem fazer parte de discursos ideológicos ou serem impostos por práticas autoritárias com exclusão dos espaços de negociação e busca de alternativas?, como já ressaltado em Rodrigues (2004:364).

À guisa de conclusão

Este conjunto de exigências teóricas, e outras mais que com certeza o trabalho de campo irá colocar, constitui o desafio enfrentado pelos antropólogos que, desde a década de 1990, vêm provocando um deslocamento nos interesses de pesquisa e na postura teórico-metodológica que marcaram a tradição da produção antropológica no Brasil.

Tomemos, por exemplo, a coletânea recentemente publicada por iniciativa da Associação Brasileira de Antropologia com o intuito de ter uma visão mais completa sobre a antropologia que se produz contemporaneamente no Brasil¹⁰. Um dos artigos em especial (Montero, 2004:117-142) conclui que hoje, no âmbito da antropologia brasileira, não se produzem mais monografias, no estilo de narrativa das monografias clássicas; e sim, estudos que representam uma adequação das teorias e conceitos que emergiram da análise etnográfica sobre as diferenças para pensar problemas contemporâneos nas sociedades modernas. Critica o que ela denomina “doença do interpretativismo” que estaria assolando a antropologia em geral, a queda expressiva na produção na área da etnologia indígena e a centralidade de estudos voltados à vida social nas áreas urbanas, com uma variedade de temáticas: meio-ambiente, arte e comunicação, violência, juventude e consumo. Uma vez que um dos temas clássicos da antropologia urbana, o campesinato, também perdeu a centralidade; que a análise antropológica das relações de poder, antes articulada a movimentos políticos das classes desfavorecidas, deslocou-se para a análise do exercício da política, do funcionamento

¹⁰ Trata-se de uma coletânea organizada por Wilson Trajano Filho e Gustavo Lins Ribeiro, ambos da Universidade de Brasília – Unb, intitulada *O campo da antropologia no Brasil* e publicada pela ABA em 2004.

do Estado e das instituições jurídicas, a autora considera que houve um declínio das preocupações anteriores: de formulação de problemas antropológicos centrados nas questões da desigualdade social, pobreza e classes.

Em contraponto a esta última afirmativa, argumentamos (Gonçalves e Rodrigues, 2007) que uma afirmação desta natureza necessitaria de estudos mais amplos sobre o conteúdo das etnografias recentemente produzidas; já que mudanças no foco empírico e na ampliação do leque de temáticas, a nosso ver, não significam a desconsideração dos grupos desprestigiados socialmente, ou marginalizados. Pelo contrário, isto pode significar que a questão da desigualdade social e das relações de poder adquiriu um espectro mais amplo, passando a ser considerada na análise independentemente do foco empírico e do tema prevalente. Exemplificamos com os estudos que vimos desenvolvendo, desde inícios da década de 1990, na área de antropologia das organizações e das empresas. Enfatizamos que esses estudos revelam um alto teor crítico; privilegiam abordagens teóricas sobre relações de poder e desigualdade que, centradas em recortes empíricos específicos, os ultrapassa. Ao englobar as diferentes dimensões pelas quais, no país, se constroem e se perpetuam essas relações de poder, os estudos partem do interior das organizações e empresas, desfazendo os intrincados fios que as ligam às instâncias de poder. Abarcam, ainda, as relações corporativas entre os grupos empresariais e, principalmente, entre estes e as esferas governamentais, em todos os níveis, seja em atendimento a interesses públicos ou privados, em âmbito local, regional, nacional e/ou transnacional¹¹.

Referências Bibliográficas:

APPADURAI, Arjun. Disjuncture and difference in the Global Cultural Economy. In: **Anthropology of Globalization**, INDA, J.X. e ROSALDO, R. (orgs.). Blackwell Readers in Anthropology, 2001.

ARAUJO, Rogério C.P. et alli. Relatório intitulado Diagnóstico Socioeconômico da Zona Costeira do Estado do Ceará. Publicação no âmbito do Programa Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará (ZEE), coordenado por Luiz Parente Maia (LABOMAR) e Maria Dias Cavalcante (SEMACE), Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, novembro/2005.

BAINES, Stephen Grant. Antropologia do desenvolvimento e povos indígenas. In: <http://br.monografias.com/trabalhos/antropologia> (consulta em 01/07/2007).

¹¹ A respeito vide os estudos sobre empresas do setor financeiro público e privado (Rodrigues, 2004; Gussi, 2005), sobre o setor produtivo (Gonçalves, 2005, 2006); Rodrigues e Muniz (2003); Muniz (2005).

CABRAL, Alexandre e TELES, José Agostinho. Mercado Turístico e oportunidades de investimentos no Ceará. **Estudos Turísticos da SETUR n.19**, janeiro/2005.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual mais irredutível. in: **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

DANTAS, Eustógio W.C. “Litoralização” do Ceará: Fortaleza, da “Capital do Sertão” à “Cidade do Sol”. In: **Litoral e Sertão. Natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza, Expressão Gráfica, 2006.

DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel – **Algumas formas primitivas de classificação**. Rodrigues, José Albertino, Durkheim São Paulo: Ática, 1990.

ESCOBAR, Arturo. Antropologia y Desarrollo. Introducción. (www.unesco.org/issj/rics/154/escobarspa.html), acessado em 01/07/2007).

FELDMAN-BIANCO, Bela e CAPINHA, Graça (org.) **Identidades: estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

GONÇALVES, Alicia Ferreira e RODRIGUES, Lea Carvalho. Ethnographie, Anthropologie & contemporanéité: le décor brésilien. **Journal des Anthropologues**

_____. **Cultura, Mercado & Transnacionalidade: um olhar etnográfico**. Campinas: CMU Publicações, 2006.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James, Beyond “Culture”: Space, Identity and the Politics of Difference. In: **Anthropology of Globalization**, INDA, J.X. e ROSALDO, R. (orgs.). Blackwell Readers in Anthropology, 2001.

HANNERZ, Ulf. Notes of Global Ecumene. In: **Anthropology of Globalization**, INDA, J.X. e ROSALDO, R. (orgs.). Blackwell Readers in Anthropology, 2001.

HERZFELD, Michael. **Anthropology. Theroretical Practice in Culture and Society**. UNESCO/Blackwell Publishers, 2001.

INDA, Jonathan Xavier e ROSALDO, Renato. Introduction: A World in Motion. In: **Anthropology of Globalization**, INDA, J.X. e ROSALDO, R. (orgs.). Blackwell Readers in Anthropology, 2001.

KUPER, Adam **Cultura. A visão dos antropólogos**. Bauru/SP:Edusc, 2002.

MONTE, F.S.S “Efeitos da implantação do complexo industrial e portuário do Pecém–CE na qualidade de vida das famílias rurais da região – o caso do reassentamento Cambeba”. Dissertação de Mestrado – Economia Rural, UFC, 1999.

MUNIZ, Cátia Regina As representações sobre o trabalho a partir da genealogia de uma família de operários: um estudo etnográfico. Tese de Doutorado.Campinas:IFCH,2006.

PEULVAST, J.; CLAUDINO-SALES, V. Geomorfologia da Zona Costeira do Estado do Ceará. In: **Litoral e Sertão. Natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza, Expressão Gráfica, 2006.

RIBEIRO, G.L. Bischos-De-Obra. Fragmentação e Reconstrução de Identidades. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, n.18 (p.30-40), 1992.

_____ **Cultura e política no mundo contemporâneo. Paisagens e passagens**. Brasília: Editora Unb, 2000.

_____A condição da transnacionalidade. Brasília: **Série Antropologia**, 223, 1997.

_____ Post-imperialismo: para uma discusión después del post-colonialismo y multiculturalismo. In: **Cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización**. s/d.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Metáforas do Brasil. Demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.

RODRIGUES, Lea e MUNIZ, Cátia “Mecanismos de exclusão em duas empresas em processo de reestruturação”. Porto Alegre: **Civitas**, v.3, 2002.

ROSALDO, Renato. Putting Culture into Motion. In: **Culture & Truth. The Remaking of Social Analysis**. Boston: Beacon Press, 1993.

RUBEN, Guilherme e JAYME, Pedro. Etnografias do capitalismo brasileiro. Por uma articulação entre cultura, economia, história e poder. In: **Idéias, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP. Edição Especial Etnografias do Capitalismo Brasileiro**, ano 11(3), 2004.

RUBEN, Guilherme et alli “Resíduos e complementaridade das relações entre teoria da administração e a antropologia”. In **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, 30 (3): 68-80, 1996.

RUBEN, Guilherme Raul O nacional no mercado internacional: empresários e globalização. In KIRSCHNER, Ana Maria e GOMES, Eduardo (orgs.) *Empresa, empresários e sociedade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

RUBEN, Guilherme. “Empresários e globalização. Prolegômenos de uma metodologia antropológica de compreensão e ação”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.28, São Paulo: junho/1985, pp.71-87.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TELES, José Agostinho. Evolução Recente do Turismo no Ceará. **Estudos Turísticos da SETUR n.17**, fevereiro/2006.

TURNER, Victor W. **Dramas, Fields and Metaphors - Symbolic action in human society**. New York: Cornell University Press, 1974.

TURNER, Victor W. **Schism and continuity in an African Society**. Manchester: Manchester University Press, 1972.

PIRES, Gilberto Simões. Reportagem: CEARÁ-TURISMO EM ALTA. In: Ponto Crítico. Ano IV nº 143 de 02/06/2005..